

David Hume no repertório de Gérard Lebrun

Pedro Paulo Pimenta

Professor do Departamento de Filosofia da USP.

Para aqueles que, como eu, ingressaram no Departamento de Filosofia da USP na década de 90, e não tiveram, portanto, o privilégio de ser alunos de Lebrun, havia o consolo de o seu ensinamento se encontrar um pouco por toda parte, disseminado por cursos de graduação e de pós-graduação, em que seus livros e artigos eram lidos, comentados, discutidos ou simplesmente recomendados. Logo, se a minha presença nesta homenagem¹ se justifica de alguma maneira, é tão somente porque fui aluno de Maria Lúcia Cacciola, Paulo Eduardo Arantes, Ricardo Ribeiro Terra, e Rubens Rodrigues Torres Filho, mestres com quem aprendi a ser um pouco discípulo de Lebrun.

À primeira vista, o lugar consignado por Lebrun a Hume na história da filosofia é o de agente provocador, figura meramente negativa, que permite ao historiador iluminar as limitações do projeto kantiano. No conhecido artigo "Hume e a astúcia de Kant", Lebrun observa, com toda razão, que se Kant pôde um dia responder a Hume "é porque não achou nada a responder ao desafio" nos termos em que fora lançado pelo escocês. "Hume, disse Kant, provou de maneira irrefutável que é inconcebível que uma coisa B deva resultar necessariamente da existência de uma coisa A. Teve, pois, toda razão em concluir que a ideia de haver uma relação de causalidade *entre essas coisas* (fora do nosso espírito que, por hábito, forja esta relação) é uma mentira e uma ilusão" (*Sobre Kant*, pp. 09 – 10). Daí à conclusão de que o conhecimento de objetos suprassensíveis é impossível, há apenas um passo, que Hume deu, e com muito gosto. Teria Kant o acompanhado? Lebrun

¹ Texto lido em encontro, de que tive a honra de participar, em homenagem a Lebrun, organizado por iniciativa do Prof. Fernando da Costa Mattos, no âmbito da Sociedade Kant Brasileira, ocorrido no Centro Universitário Maria Antonia, em São Paulo, em 16 e 17 de agosto de 2011.

mostra que sim e que não. Pois ao mesmo tempo em que Kant reconhece a necessidade de criticar as pretensões da razão à metafísica, ele afirma, contra Hume, os direitos do entendimento, que, muito mais que uma função da imaginação, é o "diretor de cena da experiência". A hábil estratégia de Kant, ao confirmar o poder legislador da razão *em geral*, "permite esperar que a razão pura, isto é, desligada do sensível e, por conseguinte, incapaz de nos fazer conhecer o que quer que seja, possua, *pelo menos*, também ela, uma independência e um poder. Está desbravado o caminho, em cujo termo se dissiparão as dificuldades que pareciam opor-se ao teísmo. É pelo menos permitido que a palavra Deus venha a guardar um sentido" (*Sobre Kant*, pp. 12 – 13). Lebrun se refere, é claro, ao que é feito por Kant no *Ideal da razão pura*. Quanto a Hume, "esse espírito livre", além de ter permanecido, "para uma tradição condescendente, o mais engenhoso dos céticos", no texto de Lebrun ele é quase uma miragem, que desaparece diante da imponência da Filosofia Alemã, que Kant inaugura, a despeito do alerta lançado por Hume (o artigo tem em mira Marx e Hegel).

O texto de 1976 não é o primeiro a colocar em confronto Kant e Hume. Em diversas passagens de *Kant e o fim da metafísica*, de 1970, o filósofo escocês é mobilizado como *sparring* de Kant, mas – e isso é interessante – nunca aparece como cético. Numa obra sobre a morte da metafísica e a destruição do teísmo, o papel de Hume é o de precursor de Kant, mas um precursor tímido e insuficiente, comparado à ousadia do autor da *Crítica do Juízo*. Uma passagem, escolhida ao acaso, ilustra bem essa estratégia expositiva: "O dogmatismo implícito de Hume, que faz dos limites de nossa razão os limites de possibilidade das coisas mesmas, é de mesma natureza que o dogmatismo explícito dos metafísicos. Como eles, Hume não reconhece expressamente coisas em si, porque sua crítica supõe que nosso único conhecimento possível é das coisas em si; e, ainda como eles, mas desta vez explicitamente, ele afirma que nossa intuição no espaço e no tempo é a única intuição possível. Reencontramos aqui a cumplicidade entre tese e antítese" (*Kant e o fim da metafísica*, IV, 05, p. 110). Kant aparece, mais uma vez, como dotado de uma astúcia que Hume não tinha, com a diferença que agora essa característica é uma qualidade, que permite ao alemão ir além do que jamais pensara o escocês na crítica da metafísica – flexionada em crítica do dogmatismo, tendência intelectual de que Hume continua, apesar de tudo, a ser vítima.

Lebrun não se contenta, porém, em afirmar a superioridade de Kant em relação a Hume. Vale-se dela para mostrar que a *Crítica do Juízo* teria se antecipado a Nietzsche. "Ora, a distinção entre sentido e intenção, reclamada por Nietzsche, Kant a faz, quando observa, contra Hume, que uma vez destruída a teleologia, não dá no mesmo recorrer à imagem de um entendimento e invocar a espontaneidade mágica da matéria. O finalismo abolido não faz senão reforçar a necessidade do conceito de *sentido*" (*Kant e o fim da*

metafísica, XVI, 10, p. 466). Essa passagem, um comentário do *apêndice da Crítica do Juízo*, comprova que é por conta e risco que se vê em *Kant e o fim da metafísica* a obra de um nietzscheano. Em 1970, Lebrun se ergue também contra a pretensão de originalidade de Nietzsche, tediosamente reafirmada por muitos de seus intérpretes e discípulos. A lição não caducou: *Kant e o fim da metafísica* mostra que nada de novo desponta sob o sol, tombado o edifício do Idealismo Alemão. Mais uma vez, porém, Hume é um figurante, de brilho, sem dúvida, no drama da filosofia alemã – que Lebrun encena com autoridade e maestria.

Mas seria uma leitura muito estreita a que limitasse a obra de Lebrun a um engenhoso exercício de remodelação da história da filosofia. Para Lebrun, fazer história da filosofia nunca se confundiu com comentar este ou aquele autor. A primeira frase de *Kant e o fim da metafísica* é esta: "Este livro não é um novo comentário da *Crítica da faculdade de julgar*". Publicado em 1970, o livro está em sintonia com o que de melhor se produzia no pensamento francês de então – Canguilhem, Foucault, Lévi-Strauss, Deleuze – e tem propósitos polêmicos que extrapolam a filosofia alemã clássica. Em seu diálogo crítico com a fenomenologia, em que vai muito além de Foucault em *As palavras e as coisas*, Lebrun mais uma vez mobiliza Hume, para mostrar que os conceitos empíricos de Kant não se confundem nem poderiam se confundir, como parece querer Husserl, com a "interrogação pré-científica da natureza" empreendida por Hume no *Tratado* (*Kant e o fim da metafísica*, X, 03, pp. 274 – 75). Essa menção não teria maior interesse, não fosse pelo desdobramento que a crítica da fenomenologia tem na obra posterior de Lebrun, notadamente em "David Hume no álbum de família de Husserl". Publicado em 1982, esse artigo se insere na produção lebruniana exclusivamente brasileira. Aqui, Kant está em segundo plano, e Hume, chamado a combater os preconceitos fenomenológicos, é alçado à linha de frente da reflexão filosófica. O artigo pode ser lido como a demonstração cabal da incompreensão de Hume por Husserl, que encontrara no escocês o verdadeiro precursor da fenomenologia, para além de Kant, que teria permanecido, essencialmente, um racionalista. Lebrun se deleita com esse rico material. Citarei aqui apenas esta saborosa passagem: "No fim dos Diálogos de Hume, Demea tem um sobressalto quando finalmente compreende quem era Filo: *Você é, no fundo, um inimigo mais perigoso que o próprio Cleantes!* Quando Husserl utiliza, imprudentemente, Hume contra Kant, não deixa de lembrar Demea. Mais feliz, porém, que este, ele jamais sente, ao que parece, a menor suspeita: não sabia com quem estava lidando. Hume permaneceu para Husserl um ancestral excêntrico, no qual jamais entreviu o inimigo mortal da *ratio* – alguém de outra raça, de um outro planeta" (*A filosofia e sua história*, p. 272). Esse parágrafo memorável permite-nos entrever o que não teria sido um possível livro de Lebrun sobre Hume. Não há, porém, o que lamentar por essa ausência. Além dos textos já citados, ele

nos legou outros dois ("A boutade de Charing-Cross", "Berkeley ou o cético a despeito de si mesmo"), que perfazem um *corpus* pequeno, mas suficiente para alçar sua interpretação do pensamento humiano à condição de *definitiva* em seu gênero.

Duas passagens bastam, creio, para comprovar essa afirmação. A primeira é extraída de "Berkeley, ou o cético a despeito de si mesmo": "Tudo o que o filósofo humiano sabe é que não se pode provar a existência dos corpos e que essas "substâncias" devem ser encaradas como *constructa* da imaginação. E isso ao mesmo tempo em que também percebe ser inútil considerar a existência dos corpos como uma falsa *solução*. Na realidade, nunca houve aqui um problema teórico, mas apenas um enigma que se apresentou ao espírito humano e foi dissipado pela imaginação, para o bem ou para o mal. Nessas condições, o filósofo não tem o poder de *decidir* sobre a existência ou não-existência dos corpos e, ao mesmo tempo, destruir ou, ao menos, enfraquecer a *doxa* que estabelece essa existência" (*A filosofia e sua história*, p. 423). A partir do confronto das posições de Hume e de Berkeley, Lebrun mostra que a coerência deste se resolve no ceticismo daquele. A segunda passagem é extraída de "A boutade de Charing-Cross": "Para Hume, a finitude já não significa um revés, mas o abandono do jogo; por isso seria absurdo pensar o saber das questões de fato com relação a um saber das essências, pois se considera que este não é acessível. 'Força', 'energia' e 'potência' já não são sequer ideias reguladoras; mais ainda, o que ocorre com esses conceitos não é o mesmo que ocorre com as categorias kantianas, que, por se reportarem ao objeto = x, conservam um sentido fora de sua esquematização. São palavras que querem dizer apenas 'constante conjunção'. E é por isso que a ciência experimental é enfim desvinculada de qualquer referencial que tornaria menor o seu valor" (*A filosofia e sua história*, p. 166). Percebe-se aqui uma clara inversão de prioridades: se Kant sucede a Hume na ordem do tempo, nem por isso o supera, pelo contrário. Para Lebrun, a história da filosofia é inseparável da crítica.

Essas pequenas amostras dão uma ideia da *difículdade* que Hume impõe aos seus pares, quando o seu pensamento é interpretado no quadro de uma história crítica da filosofia. Para Lebrun, parece ter residido nessa característica uma das vantagens de trabalhar sobre a obra de Hume e com ela. Parece-me assim adequado encerrar esta brevíssima exposição citando esta lição de método em história da filosofia, que o mestre oferece no último parágrafo do texto sobre Husserl e Hume: "É difícil ser um grande pensador e evitar a história-ficção quando se consente em buscar seus próprios precursores. No corpo a corpo com Hume, Husserl acaba levando longe demais essa história-ficção: é possível imaginar Kant lamentando que o marquês de Sade, esse precursor um pouco fantasista, não tenha conseguido entrever a Lei moral? — É melhor renunciar às árvores genealógicas, quando se remonta à origem" (*A filosofia e sua história*, p. 272).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEBRUN, G. *Sobre Kant*. Organização de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Iluminuras, 1993.

_____. *Kant e o fim da metafísica*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. *A filosofia e sua história*. Organização Marta Kawano et al. São Paulo: Cosac&Naify, 2006.